A SOCIEDADE INDUSTRIAL E O ENCARCERAMENTO DA POBREZA

Marcos Vinícius de Oliveira Santos¹.

Kleber Alves da Cruz².

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo compreender o itinerário histórico de marginalização da classe operária. Despertar o senso crítico acerca das causas sociais do crime. Conscientizar acerca das consequências, sobre o sistema penal, da concentração de poder político-econômico na elite. Valendo-se para tanto de criterioso exercício de revisão de literatura, correlacionando a postura do Estado em relação às políticas de segurança pública com a estrutura social edificada a partir do movimento de industrialização, sua repercussão sobre a classe operária e seus reflexos na realidade carcerária atual. Com a abordagem do tema eleito almeja-se rememorar na consciência de todos quantos tenham acesso a seu inteiro teor, do quão pernicioso se revela o desequilíbrio oriundo da preponderância de alguns seres-humanos em face de outros tantos semelhantes menos favorecidos, seja do ponto de vista econômico, político ou social.

Palavras-chave: Sociedade, Cárcere, Pobreza.

LA SOCIEDAD INDUSTRIAL Y EL ENCARCERAMIENTO DE LA POBREZA

El presente artículo tiene por objeto comprender el itinerario histórico de marginación de la clase obrera. Despertar el sentido crítico acerca de las causas sociales del crimen. Concientizar acerca de las consecuencias, sobre el sistema penal, de la concentración de poder político-económico en la élite. Se valió para tanto de riguroso ejercicio de revisión de literatura, correlacionando la postura del Estado en relación a las políticas de seguridad pública con la estructura social edificada a partir del movimiento de industrialización, su repercusión sobre la clase obrera y sus reflejos en la realidad carcelaria actual. Con el enfoque del tema elegido se desea rememorar en la conciencia de todos cuantos tengan acceso a su entero contenido, de lo pernicioso se revela el desequilibrio oriundo de la preponderancia de algunos seres humanos frente a otros tantos semejantes menos favorecidos, ya sea desde el punto de vista económica, política o social.

¹ Advogado;

Professor do Curso de Direito da Faculdade Eduvale de Avaré;

Pós - Graduado em Formação para Professores do Ensino Superior Jurídico.

Pós - Graduado em Direito Administrativo.

² Graduando do Curso de Direito da Faculdade Eduvale de Avaré.

INTRODUÇÃO

Com o crescimento dos núcleos urbanos, a industrialização dos meios de produção e a incessante busca pelo lucro, traço marcante do sistema capitalista, ocorreu verdadeira revolução no modo de se conceber a sociedade e de se estabelecer as relações humanas. O êxodo rural, a concentração de renda nas mãos de uma minoria elitista e o desemprego, ensejaram, e continuam a dar azo à marginalização de um sem par de homens e mulheres desfavorecidos, que sem emprego já não produzem, sem recursos tampouco consomem, rejeitados pela ordem vigente acabam por ser rotulados como malfeitores, perigosos e criminosos. A estereotipização há muito se demonstra poderosa ferramenta de conformação ideológica a serviço da classe dominante.

Ao deparar-se com a realidade penitenciária nacional, vê-se o reflexo da sociedade do caos, que insiste em criar “inimigos” no propósito de atribuir-lhes a responsabilidade pelas mazelas sociais, fruto da estrutura de consolidação do poder político-econômico nas mãos de uma minoria privilegiada, que ao encarcerar aos humildes tenta fazer crer na consciência coletiva estar recomposto o seio social.

Nesse diapasão ideias extremistas, totalitárias e abomináveis, que adormecidas já não se revelavam causadoras de preocupação encontram campo fértil para o ressurgimento e tratam de inebriar considerável parcela de indivíduos com ouvidos ávidos por algo em que se possam apoiar.

Desconsideram, todavia, que o sistema penitenciário, distante dos fins a que legalmente se propõe, transmudou-se em ambiente criminógeno, miséria de responsabilidade estatal que incapaz de assegurar aos homens em liberdade o mínimo existencial, é também inábil em promover condições de ressocialização ao encarcerado, que no maior das vezes, de fato nunca esteve inserido no que se convencionou denominar-se sociedade.

A SOCIEDADE INDUSTRIAL E O ENCARCERAMENTO DA POBREZA

A humanidade em seu itinerário de desenvolvimento passou, e continua a passar, por diversas transformações. A capacidade inventiva do ser humano, sua inquietação em vencer obstáculos e desbravar novos horizontes, a sede de alcançar o pleno domínio da técnica e revelar o que se mostra oculto, fazem do homem um ser em permanente construção. A sociedade, posto que

erigida por homens, também não escapa a essa dinâmica de incessante reformulação, característica fenomênica que alcança as mais variadas dimensões – sociais, econômicas, políticas, religiosas. O indivíduo humano revela uma inata instigação à busca da plenitude, que embora inacessível no plano das coisas percíveis, impulsiona ao longo dos séculos a cada homem, pois, como sintetizara Dom Bosco: “é preciso trabalhar como se a gente não fosse morrer nunca, e viver como se a gente devesse morrer todos os dias”.

Nesse complexo processo de formação, desconstrução e reconstrução social, verifica-se que até o final do século XII vigia uma sociedade estamental, com papéis bastante definidos: os que oram, os que guerreiam e os que trabalham. Cabe, no entanto enfatizar, que durante a Baixa Idade Média, que vai do século XIII ao XV, o sistema feudal começa a enfrentar dificuldades de sustentação ante as novas aspirações que nasciam.

Com o declínio da estrutura feudal, eminentemente agrária, a multiplicação de núcleos urbanos impulsionados pela ascensão da burguesia e consequente fortalecimento das atividades comerciais, inicia-se um processo de esvaziamento do campo, que encontrará seu ápice com a Revolução Industrial, em meados do século XVIII.

A industrialização promoveu aguda ruptura com os paradigmas vigentes, o artesanato e a manufatura sucumbiram à invasão das máquinas e indústrias, a produção exclusiva e com destinatário predeterminado cederá à fabricação em série, destinada ao abastecimento do mercado de massa.

Toda essa reconfiguração da economia – aqui se empregando o termo em sua mais pura acepção: do grego ‘oikos’ (casa) + ‘nomos’ (costumes, leis, gestão), ou seja, regras da casa; gestão da casa – implicara em um fenômeno que surtira os mais perniciosos efeitos, e que continuara a repercutir ao longo dos séculos até os dias hodiernos, qual seja: o êxodo rural.

A propósito, cite-se:

“Poucas imagens do passado foram tão importantes para o futuro quanto os relatos que o alemão Friedrich Engels fez sobre a Revolução Industrial. No livro *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, publicado em 1845, ele diz que as fábricas haviam destruído a vida tradicional e ordenada do campo para criar cidades imundas, bairros miseráveis e multidões de operários alienados. Antes da Revolução Industrial, afirma Engels, ‘os trabalhadores sobreviviam suportavelmente e levavam uma vida honesta e tranquila, piedosa e honrada; sua situação material era bem superior à de seus antecessores: não precisavam se matar de trabalhar, não faziam mais do que desejavam e, no entanto, ganhavam para cobrir suas necessidades e dispunham de tempo para um trabalho sadio em seu jardim ou no campo, trabalho que para eles era uma forma de descanso’.” (NARLOCH, Leandro. Guia politicamente incorreto do mundo. São Paulo: Leya, 2013, p. 89, *Apud*, ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Boi Tempo, 2010).

Com o movimento migratório do campo para as cidades, as famílias camponesas abandonavam a toda uma longa história de vida aventurando-se no meio urbano na esperança

de ascensão social a partir do trabalho na indústria. Entretanto ao chegarem no ambiente citadino deparavam-se com a realidade do desemprego, da descomunal jornada de trabalho, da pífia remuneração, da ausência de moradia, da fome e das muitas doenças.

A farta oferta de mão de obra, favorecia a submissão dos trabalhadores a desumanas tarefas por mísera contraprestação salarial, aumentando-se o lucro do empregador e concomitantemente o abismo social entre as neonatas classes sociais: a dos proprietários e a dos proletários.

A partir da sociedade industrial, responsável pela produção em larga escala e difusão da cultura do consumo, sintetizada no repisado preceito de Adam Smith: “O consumo é a única finalidade e o único propósito de toda produção”, desencadeou-se um processo de segregação social dos economicamente menos favorecidos, que desempregados, incultos e enfermos ficam impossibilitados de produzir, ao passo que sem renda também não podem consumir, tornando-se ‘descartáveis’ na perspectiva liberal, acabam lançados à margem da sociedade onde permanecem sujeitos a toda sorte de infortúnios.

Assevera com clareza Juan Pablo Mollo (2016, p.72):

“Produz-se uma transformação profunda na atitude social frente ao excluído e, paulatinamente, o fenômeno de segregação foi se multiplicando até se converter no maior e mais grave problema, à medida que as incipientes cidades, e mais tarde os centros comerciais e manufatureiros, veem-se saturados de indivíduos que não estão assimilados à nova lei de mercado.”

Um processo de marginalização promove a rotulação de indivíduos como inimigos sociais, “a versão do delinquente se assemelha ao vagabundo, ao inútil, ao pobre, ao louco ou à prostituta” (MOLLO, 2016, p. 73).

Atente-se que no século XIX, com as estruturas do liberalismo econômico consolidadas, tal quais suas gravosas repercussões no seio social:

“... há uma mudança radical no tratamento dos pobres vagabundos, mendigos, loucos, órfãos, viúvas etc., que durante a Idade Média haviam gozado de um *status* de dignidade e consideração social, como filhos prediletos do Cristo bíblico; agora ao contrário, são os inimigos, o demônio, pois representam a antítese de um sistema que se erige sobre a reprodução da força de trabalho, sobre a disciplina que esta implica, sobre as relações que se geram entre capital e trabalho.” (MOLLO, Juan Pablo. O delinquente que não existe. Coord. Luiz Flávio Gomes e Rogério Sanches Cunha. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 75).

A vida social contemporânea se funda na ideia de Contrato Social, que *in tese* representaria a vontade coletiva exteriorizada através da lei, que sendo a manifestação convencional do todo, não representaria os interesses particulares de quem quer que fosse.

Todavia, essa igualdade formal não é suficiente à manutenção do equilíbrio social, pois os homens e por isso mesmo a sociedade é deveras heterogênea, daí a grande valia da preleção

de Nelson Nery Júnior (1999, p. 42): “Dar tratamento isonômico às partes significa tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades”.

No entanto, tem prevalecido na seara penal, *lato sensu*, nela compreendida a execução penal, um viés fascista, que insiste em criar intransponíveis barreiras para que àqueles que destoam da ideologia dominante encontrem espaço na trama social.

“Tal perspectiva monista e positivista da sociedade joga outras formas de intercâmbio social e cultural para *fora* das convenções públicas e sociais. Ainda, partindo do mito igualitário da lei, muitas teorias psicológicas, sociológicas e psiquiátricas, de alta presença midiática tem tentado sistematicamente explicar a delinquência em termos de patologias individuais ou sociais. Os especialistas *psi* (psicólogos, psiquiatras etc.), avaliadores de condutas, ancorados na lei igualitária, obcecaram-se com a culpabilidade e o ato individual, e se esquecem da responsabilidade do sistema penal em seu conjunto.” (MOLLO, Juan Pablo. O delinquente que não existe. Coord. Luiz Flávio Gomes e Rogério Sanches Cunha. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 98).

Bem ilustra essa realidade os dados divulgados pelo Ministério da Justiça:

“O nível de escolaridade entre a maioria dos presos, em 2012, era o Ensino Fundamental Incompleto (45,4%). Do restante, 12,6% eram alfabetizados, 12,2% tinham Ensino Fundamental Completo, 11,1% tinham Ensino Médio Incompleto, 7,6% haviam concluído o Ensino Médio, 5,5% eram analfabetos, 0,8% haviam chegado a universidade mas sem conclusão, 0,04% concluíram o Ensino Superior e 0,03% chegaram a um nível acima de Superior completo. Para 4,7% dos presos no período não havia informação disponível.” (MOLLO, Juan Pablo. O delinquente que não existe. Coord. Luiz Flávio Gomes e Rogério Sanches Cunha. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 28. *Apud*, BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento nacional de informações penitenciárias – INFOPEN. Ministério da Justiça. 2012).

Corroborar a nítida estruturação do sistema penal com vista ao encarceramento da pobreza, as características raciais e de cor da pele das pessoas encarceradas no Brasil, cujos dados do InfoPen – Ministério da Justiça de dezembro do ano de 2014, apontam que 37,22% dos encarcerados brasileiros são brancos, 61,67% são negros e pardos, 0,65% amarelos, 0,13% indígenas, 0,32% outras. Mais uma vez revelando o cárcere como herança das mazelas sociais historicamente enfrentadas pelos menos abastados.

O desenrolar histórico pós-industrial de estigmatização da classe pobre, ganhara uma forte aliada em seu *mister*, a cultura tecnocientífica, responsável pelo populismo penal midiático, que inculca diariamente na massa popular a ideologia do caos.

“A guerra alucinada dos ‘bons’ contra ‘maus’ tem por efeito incentivar o antagonismo entre as classes baixas, que são selecionadas tanto para o processo de criminalização quanto para o processo de policização. Também, potencializa a distância das classes baixas com as classes médias e altas, multiplicando a desconfiança e o medo na vida pública cotidiana. Sem dúvida, o discurso da insegurança cresce junto ao ânimo desmedido de vingança e o foco de racismo em direção aos indivíduos de classes baixas, definidos como delinquentes sem dignidade humana. Nesse contexto de guerra, as tentativas de limitar o uso da violência para a solução de conflitos são percebidas como uma falência e até como uma defesa dos delinquentes.” (MOLLO, Juan Pablo. O delinquente que não existe.

Coord. Luiz Flávio Gomes e Rogério Sanches Cunha. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 231/232).

O discurso de intolerância acaba ressoando como um mantra, que repetidas vezes replicado, acaba acreditado até mesmo por aqueles contra os quais se volta o poder repressor.

“Cada vez mais, quanto mais o homem é desenvolvido, mais ele percebe o movimento, a agitação e o acontecimento. Ao menos desenvolvido, a maioria das coisas parece fixa, não apenas as opiniões e os costumes, mas também as fronteiras, a terra, o mar, as montanhas etc.” (NIETZCHE, Friedrich. Sabedoria para depois de amanhã. São Paulo. Martins Fontes, 2005).

Vê-se que esse longo processo histórico de conformação social, levou uma grande parcela da população a crer em uma pseudoliberalidade, em um Estado de aparente igualdade, mas que insiste em perseguir e aprisionar aos pequenos, que silentes continuam a marcha social que lhes fora imposta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo o exposto, pode-se concluir que o atual estado das coisas, possui raízes em um histórico longínquo, mas que continua a repercutir no modo de ser e viver da sociedade contemporânea.

A industrialização, longe de promover a superação das desigualdades, a melhoria nas condições laborais e a distribuição de renda, fez com que se expandisse o abismo social entre os proprietários dos meios de produção e os operários.

A organização social do Estado Liberal fez ruir o senso de fraternidade universal, mergulhando os homens em um círculo utilitarista, assemelhando-os a objetos descartáveis, peças substituíveis na linha de produção. O homem passou a ser valorado de acordo com o que é capaz de consumir.

Nessa perspectiva, os proprietários, tomados pela ânsia da produção em larga escala e crescimento do lucro, tornaram-se inescrupulosos. A “mão invisível” a que aludiu Adam Smith cuidou de acariciar a uma minoria rica e a açoitar a grande massa pobre.

A sociedade industrial tratou de esvaziar o campo com a promessa de emprego e ascensão social, mas incapaz de cumprir àquilo que se propôs, rapidamente fez atualizar sua promessa. Com o escopo de não perder o controle da situação, o Estado chamou para si a incumbência de promoção da segurança pública, agora esvaziando as cidades para encher o cárcere. Em uma e outra peregrinação, vê-se a elite marginalizando ao pobre num itinerário que parte do campo, perpassa pelo chão da fábrica, desemboca nos casebres ou cortiços dos velhos centros urbanos, transfere-se para a periferia e então finda no cárcere.

A sociedade de mercado cuidou de fazer lucro com a indústria do controle do delito. Aquele que não produzia, tampouco consumia, passa a ser a “matéria prima” de uma estrutura penitenciária carente de vagas, de agentes, de veículos para escolta, de tecnologia, de gêneros alimentícios etc. Enfim, o encarceramento faz a economia girar.

Entretanto, também a promessa do cárcere é uma falácia, pois já há muito se verifica a incoerência da postura do Estado em buscar a ressocialização do indivíduo privando-o do meio-social. O ambiente institucionalizado, longe de contribuir com o pleno e sadio desenvolvimento das capacidades do ser, avilta a dignidade e provoca sentimentos de revolta e desamor.

É nítido o viés exclusivamente expiatório assumido pelo sistema de execução penal brasileiro, destoando em absoluto das bases principiológicas em que se alicerçara a Lei nº. 7.210/84.

Por fim, não parece razoável, tampouco legítima, a intervenção do Estado na esfera de liberdades da pessoa humana, posto que rompendo com os deveres que lhe competem pelo contrato social, deixara o indivíduo à mercê da própria sorte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento nacional de informações penitenciárias – INFOPEN**. Ministério da Justiça. 2014. Disponível em <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/infopen_dez14.pdf/@@download/file>. Acessado em: 29.10.2017.

MOLLO, Juan Pablo. **O delinquente que não existe**. Coord. Luiz Flávio Gomes e Rogério Sanches Cunha. Salvador: Juspodivm, 2016.

NARLOCH, Leandro. **Guia politicamente incorreto do mundo**. São Paulo: Leya, 2013.

NERY JÚNIOR, Néelson. **Princípios do processo civil à luz da Constituição Federal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

NIETZSCHE, Friedrich. **Sabedoria para depois de amanhã**. São Paulo Martins Fontes, 2005.